

CAPÍTULO 1  
**Movimentos sociais e educação**

Segundo a pesquisadora Glória Gohn (1997), os movimentos sociais podem ser oriundos de distintas camadas sociais. O tipo de ação social envolvida é que indica o seu caráter, não somente a sua composição socioeconômica. O sociólogo David Aberle (apud GOHN, 2011), por exemplo, os identifica como transformadores, reformistas, redentores e alternativos, classificação também adotada pelo sociólogo Anthony Giddens (2005) anos depois, que os entende como formas coletivas de respostas aos estímulos do ambiente externo.

Já para Manuel Castells (2001), o objetivo primordial dos movimentos sociais é a busca por transformações na estrutura dos sistemas social, político e econômico, por meio de práticas coletivas, sejam revolucionárias e centralizadas ou “silenciosas” e pulverizadas. Sendo assim, com o objetivo de apreender os movimentos sociais de maneira abrangente, abarcando a sua diversidade, mas respeitando a sua singularidade, Gohn (1997) elaborou seis grandes grupos de movimentos sociais, em que, embora a questão de classe esteja presente, ela não é o único critério empregado para a sua classificação:

- a. Movimentos formados a partir de uma instituição social que influencia ou impele seus seguidores e/ou afiliados a agirem de determinada forma. Aqui, entende-se que as instituições sociais comportam ideologias particulares que orientam o modo e o conteúdo das demandas coletivas. Nesse caso, as instituições são as matrizes dos discursos e das práticas dos movimentos, tais como as filiações religiosas e político-partidárias, os sindicatos, os movimentos operário-trabalhistas de certa categoria,

as escolas de samba, as agremiações estudantis de uma escola específica, as torcidas organizadas de futebol etc.;

- b. Movimentos sociais edificados a partir de aspectos da natureza humana, como o sexo, a idade, a raça e a etnia. As lutas raciais, por exemplo, produziram movimentos isolados ou articulados a questões de classe social, de religião, de cultura ou de política, conforme discutido por Gohn em artigo de 2011. Nesse tipo, há também uma série de movimentos contemporâneos, como o do feminismo, dos negros, dos índios, dos judeus, dos homossexuais, dos ciganos, dos refugiados, dos travestis e transexuais, dos jovens e dos idosos. Cabe assinalar que, no contexto atual de globalização, essa categoria vem adquirindo centralidade sobre outras formas de lutas sociais, em razão de sua natureza universalizante, isto é, por atravessarem as fronteiras de diversos países e classes sociais;
- c. Movimentos sociais erigidos em torno de determinados problemas da sociedade. De acordo com a autora, todo coletivo enfrenta obstáculos a serem superados para a sua sobrevivência cotidiana. Por outro lado, há bens que não são para o consumo, mas devem ser preservados para que os grupos e a própria humanidade permaneçam. Nesse caso, surgem os movimentos pacifistas, antinucleares, ecológicos, de preservação do patrimônio histórico etc.;
- d. Movimentos que visam à implantação e/ou a melhoria de bens e/ou serviços essenciais à sobrevivência dos indivíduos. São os movimentos pela saúde, pelos transportes,

por escolas e instituições de ensino em geral, por habitação, terra e reforma agrária, por direitos trabalhistas em geral etc.;

- e. Movimentos sociais construídos em razão da conjuntura política de um lugar (nação, estado, cidade etc.). Nessa categoria, encontram-se vários movimentos que as literaturas sociológica e histórica usualmente catalogam como insurreições, revoltas, sublevações, motins, revoluções, golpes de Estado etc. Na história do Brasil, o Movimento de Canudos ou a Inconfidência Mineira exemplificam movimentos de caráter nacionalista e/ou libertário que almejavam desatrelar a colônia da metrópole portuguesa ou alterar o sistema político e de poder oligárquico até então predominante;
- f. Movimentos sociais construídos a partir de ideologias. A rigor, todo movimento social apresenta uma ideologia subjacente. Contudo, certas ideologias constroem, com o passar do tempo, uma utopia, isto é, uma meta ideal, um propósito que mobiliza os sujeitos em prol de uma luta. Nesse caso, a ideologia repõe novos paradigmas para o pensamento e a ação coletiva das pessoas.

Anarquismo, marxismo e cristianismo são exemplos de ideologias que têm forças motoras próprias, uma vez que geraram movimentos sociais particulares e alimentaram, enquanto referência, inúmeros movimentos sociais concretos. Em síntese, esses paradigmas ideológicos criam movimentos sociais que surgem e desaparecem conforme as conjunturas socioeconômicas e históricas. Isso mostra que

se deve reconhecer, conforme Gohn (1997, p. 271) que “[...] existem nos movimentos problemáticas que não decorrem das classes sociais, embora sejam perpassadas por elas”.

Em artigo de 2011, a teórica abordou a temática dos movimentos sociais na América Latina, em especial no Brasil, relacionando-os com a educação, que não se limita à prática escolar, visto que há aprendizagem e produção de conhecimento em diversos espaços coletivos, tratados pela autora como promotores de uma educação não formal. Abordando brevemente variados tipos de movimentos sociais, Gohn (2011, p. 333) salienta que “[...] há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos, quando há negociações, diálogos ou confrontos”.

Para analisar os saberes produzidos nesses movimentos, é preciso buscar as redes de articulações vinculadas à prática cotidiana e questionar as conjunturas política, sociocultural e econômica do contexto em que elas ocorrem. Assim, a relação entre a educação e os movimentos sociais se dá de duas formas: nas interações com as instituições educacionais e dentro dos próprios coletivos, em função do caráter educativo de suas práticas e de seus conteúdos.

No contexto acadêmico, pesquisas sobre essa relação são relativamente novas (GOHN, 2011). No Brasil, a preocupação da academia com os movimentos sociais vem sendo construída devagar desde o final da década de 1970, quando foram criadas outras associações e reativadas algumas já existentes,

como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Já a relação entre os movimentos sociais e a educação vem sendo construída a partir da ação dos novos atores que entravam em cena no país a partir dos anos de 1960. Nesse período, ocorreram novas ações coletivas que ultrapassavam o contexto fabril e os locais de trabalho, como moradores das periferias ou das favelas das grandes cidades, demandando ao poder público o atendimento de suas necessidades para sobreviver no contexto urbano capitalista.

Os movimentos sociais possuem caráter educativo, participando da formação do ser humano e social. No entanto, o oposto é pouco visibilizado, isto é, passar por aquele processo que Dermeval Saviani (2011) nomeia de internalização do saber humano sistematizada no tempo, favorece que os sujeitos saibam da existência dos movimentos e se interessem por eles, aproximando-se de instrumentos concretos – a leitura, a capacidade de fazer cálculos, o letramento, enfim – para se engajarem no movimento escolhido. Frequentar o espaço escolar também promove o contato com pessoas que integram diferentes movimentos sociais, o que favorece a inserção dos educandos.

No que se refere à comparação entre os movimentos sociais em outros países da América Latina e no Brasil, a lacuna é considerável. Faltam trabalhos que articulem a produção acadêmica brasileira sobre o assunto à de outros países, sobretudo àqueles que também vivenciaram ditaduras

militares. A partir dos anos de 1980, pesquisadores como Alain Touraine (2002), Manuel Castells (2001) e, pode ser acrescentado, o neomarxista Claus Offe (apud GOHN, 2011) se interessaram pela referida temática, embora pouco tratem sobre sua interação com a educação.

Recentemente, os principais movimentos sociais também agem por meio de redes sociais, desde as locais até as transnacionais, utilizando os novos meios de comunicação e informacionais. Em razão disso, os movimentos exercitam hoje aquilo que Habermas (1989), referenciado por Gohn (2011), teórico crítico da Escola de Frankfurt, nomeou de “agir comunicativo”. A criação e o desenvolvimento de novos saberes coletivos também são resultantes dessas novas comunicabilidades. Gohn (2012, p. 335) assim delimita o conceito de movimento social:

Nós o encaramos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Historicamente, os movimentos sociais sempre existiram, porque representam forças sociais organizadas e aglutinadoras de pessoas, não somente como força-tarefa, como no caso dos grupos operativos estudados pela Psicologia Social, mas também como campo de atividade e experimentação coletiva. Embora as forças congeladas do passado sejam

importantes para o surgimento de uma memória coletiva que fornece sentido às lutas do presente, sua força advém das experiências contemporâneas, que, cotidianamente, se recriam na adversidade das situações enfrentadas. Para Touraine (2002, apud GOHN, 2011), os movimentos sociais constituem o coração da sociedade, expressam energias de resistência ao antigo sistema, que oprime, e a construção do novo, que liberta. Assim, as energias sociais, até então dispersas, são canalizadas e potencializadas por intermédio dos movimentos, tornando-se práticas positivas.

Entre outras coisas, os coletivos realizam diagnósticos sobre a realidade social, construindo propostas e atuando em redes, que constituem ações coletivas atuantes contra a exclusão e em favor da inclusão social. Os movimentos compõem e desenvolvem o empoderamento de atores da sociedade civil organizada à medida que formam (educam) sujeitos sociais para agir em rede. Além disso, constroem representações simbólicas afirmativas, por meios de suas práticas e discursos, dotando de identidade subgrupos antes espalhados e fragmentados. Portanto, os movimentos sociais projetam em seus participantes sentimentos de pertença coletiva. A partir das ações do grupo do qual fazem parte, os que eram excluídos começam a se sentir incluídos e protagonistas na sociedade.

Ainda conforme Gohn (2011), as definições clássicas acerca dos movimentos sociais elencam as seguintes características centrais: possuem uma identidade e um opositor, e se fundamentam em algum tipo de projeto de sociedade e/ou de vida. Nesse sentido, pode ser acrescentado que os movimentos



sociais, apesar de serem, em sua maior parte, voltados para a mudança e a transformação do *status quo*, isto é, em geral, possuem um caráter revolucionário em algum grau, também podem ser conservadores ou, até mesmo, reacionários. Isso significa que podem buscar o retorno das formas sociais e de comportamentos passados, vistos como melhores e “corretos”.

Logo, pode-se dizer que os segmentos evangélicos neopentecostais no Brasil são movimentos sociais. Recentemente, dois fenômenos importantes emergiram no país: um, no campo educacional, com a proposta da Escola sem Partido, que busca coibir discussões sobre questões de gênero e de sexualidade nas escolas, e o ensino de tradições religiosas de matriz africana, como o candomblé e a umbanda; outro, na esfera eleitoral, com a eleição de um candidato de extrema-direita para a presidência do país no final de 2018.

Com efeito, os movimentos sociais apresentam conjuntos de demandas por intermédio de práticas de pressão/mobilização com certa permanência ao longo do tempo, não se mostrando somente reativos, motivados por necessidades imediatas, como o desemprego, mas se desenvolvendo também a partir de reflexões complexas sobre sua própria existência. Assim, os movimentos sociais possuem algum tipo de ideário e sistema simbólico explícito. Esse é o caso de outros grupos também conservadores, que, em conjunto, estão difusos pelo país, como as torcidas organizadas de futebol, fenômeno eminentemente urbano e que tomou força especialmente a partir da década de 1980, segundo o estudo de Luiz Henrique Toledo (1996).

No caso que interessa a Gohn (2011), e que é o mais profícuo à compreensão das imbricações entre movimentos sociais e educação, isto é, que objetivam a transformação progressista da sociedade e não a sua conservação ou retorno a um passado idílico, fatores como igualdade, fraternidade e liberdade aparecem do seguinte modo: a igualdade se retraduz com a temática da justiça social; a fraternidade é ressignificada pela solidariedade e a liberdade se associa ao princípio da autonomia individual e da emancipação grupal. Em qualquer caso, os movimentos sociais sempre almejam tematizar e redefinir a esfera pública mais ampla.

No entender de Touraine (2002, apud GOHN, 2011), a primeira década do século XX trouxe, de maneira contraditória, a volta do ator social em ações coletivas que se difundiram pela maior parte da América Latina. Eles estão emergindo no cenário público como atores de novos conflitos e de renovação dos embates coletivos. Por outro lado, movimentos sociais que estavam na marginalidade social, em duplo sentido, ressurgem com força organizatória, como os piqueteros, na Argentina, e os zapatistas, no México. Outras pessoas também se organizam em redes formadas por movimentos sociais globais transnacionais contra as políticas neoliberalizantes, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, e a Via Campesina, em diversos países, especialmente nos de economia capitalista periférica. Um aspecto crucial desse processo é a ampliação das fronteiras dos movimentos camponeses, cada vez mais articulados aos seus similares urbanos.

De acordo com Gohn (2011), frequentemente acontece de a questão central de um movimento ser rural, mas a maneira como o movimento se exterioriza acontece no meio urbano, em geral, na capital do país ou dos estados, a exemplo dos protestos do MST, em Brasília, ou dos camponeses, em Buenos Aires, na Argentina. Outra modalidade característica dessa dinâmica transnacional dos novos movimentos são os surgidos antiglobalização ou em prol de uma globalização alternativa, a exemplo do Fórum Social Mundial (FSM), que se vale enormemente da sociedade da informação e das redes sociais virtuais para atuar.

Nesses casos, a formação de novos militantes ocorre não tanto na academia, mas na vivência direta das ações. Cada vez mais, principalmente pelos novos recursos informacionais, a rede comunicacional entre membros dos movimentos sociais se adensa, e uma significativa parcela desses militantes consegue chegar a cursos de pós-graduação de importantes centros universitários e ocupar posições como professores-pesquisadores, não raro, dedicando-se a estudar seus movimentos sociais de origem e a história que eles mesmos viveram. Esse é o caso, por exemplo, de ativistas dos movimentos negros, feministas, LGBTQIA+,<sup>2</sup> indígenas, camponeses, entre outros.

É fundamental sublinhar que, não obstante suas diferenças, os movimentos transnacionais se vinculam entre si pela crítica

---

2 A sigla “LGBTQIA+” faz menção a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, *queer*, intersexo, assexuadas e mais, ou seja, pessoas que não se veem representadas pelas nomenclaturas anteriores. As diferentes formas de grafia e o movimento em si são abordados no capítulo 5 deste livro.

às causas da exclusão, miséria, preconceito, conflitos sociais e desigualdades, a exemplo do Fórum Social Mundial (FSM). Em decorrência disso, esses movimentos buscam certo consenso que permita ações conjugadas. Nesses novos tempos, assim como os novos recursos tecnológicos, a mídia também se torna um instrumento em proveito de diversos movimentos sociais, uma vez que hoje ela

[...] e sua cobertura tornam-se elementos estratégicos nessa configuração; ela contribui para a direção do movimento, pois o movimento social precisa de visibilidade. [...]. Entre os participantes, nos megaeventos, quem detém de fato a fala são porta-vozes autorizados, de certa forma já “profissionais na política”, detentores de um capital militante onde a luta política se trava num combate de ideias e ideais, a questão simbólica é mais importante que os problemas concretos (GOHN, 2011, p. 339).

Em outra frente, menos “espetacular”, setores dos movimentos ambientalistas, por exemplo, politizam-se radicalmente, como é o caso das lutas ambientais contra a instalação de fábricas de celulose no Uruguai. Um dos segmentos mais heterogêneos de movimentos sociais é o ambientalista/ecológico, sendo que alguns se aliam aos populares, como aconteceu na Bacia do Rio São Francisco, no interior do Brasil. Outros congregam inserção socioeconômica e reconhecimento identitário, isto é, questões concretas com demandas simbólico-culturais. Esse é o caso do movimento negro no Brasil, que avançou em suas pautas de lutas para combater o racismo, juntamente ao pleito por uma política de cotas nas universidades.

Com isso, percebe-se que, por um lado, as demandas coletivas são colocadas como direitos, embora ainda limitados, abrindo o leque à participação cidadã; por outro, há algumas perdas, como a autonomia de alguns grupos em relação às instâncias oficiais do governo, com o surgimento de estruturas normativas de controle de cima para baixo nas políticas públicas voltadas a esses coletivos. Ainda na América Latina, cabe sublinhar a retomada dos movimentos estudantis, sobretudo no Chile, em favor da educação pública e gratuita, e, no Brasil, com as ocupações de universidades e escolas públicas contra os cortes de verbas para o ensino público. A escola pública tem sido, ao longo do tempo, uma fonte considerável de protestos de grandes dimensões também por parte dos profissionais que ali atuam.

Em relação à educação e suas relações com os movimentos, pode-se afirmar que, “devido ao potencial dos processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade, constituição e ampliação de cultura política, [a educação] passou a ser área estratégica também para os movimentos populares, a exemplo do MST, no Brasil” (GOHN, 2011, p. 340). Já os movimentos feministas/de mulheres e LGBTQIA+ estão fundamentalmente ancorados aos processos de luta por direitos e pela construção de identidades, além das questões materiais, como a empregabilidade, a extinção da discriminação nos ambientes de trabalho e o combate à violência de gênero.

Historicamente, já nas primeiras décadas do século XXI, consolidaram-se as entidades do terceiro setor e as Organizações Não Governamentais (ONGs), que até então serviam somente

de suporte para os movimentos sociais populares. Estes últimos enfraqueceram-se e tiveram que modificar suas práticas, tornando-se mais propositivos, tomando parte nos projetos das ONGs e sendo menos críticos e reivindicativos. Com isso, as ONGs tomaram a frente da maioria dos movimentos populares. Esse processo se fortaleceu quando entraram em cena outros atores sociais no contexto do associativismo brasileiro: as organizações, as cooperativas e as fundações do terceiro setor, encabeçadas por empresas, redes de comércio, crenças religiosas transnacionais, artistas e esportistas consagrados ou bancos, que passaram a realizar projetos para a população, não com a população. Esse é o caso das Fundações Ayrton Senna, Bradesco, Roberto Marinho, da evangélica transdenominacional norte-americana ChildFund, entre outras.

Ancorados em sólidos recursos financeiros e por equipes técnicas profissionais, escolhidas não por seus ideários ou valores, mas por sua *expertise* na área, tais organismos passaram a atuar junto às populações tidas como vulneráveis, enfocando pequenos grupos e atuando a partir de projetos com prazos e objetivos estipulados. Novos conceitos são engendrados para dar apoio a essas ações, como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, protagonismo social, capital social etc. (GOHN, 2011).

Como mencionado, no final dos anos de 1970 e início de 1980, estiveram em voga movimentos sociais populares na América Latina e no Brasil, vinculados a grupos de oposição às ditaduras militares, principalmente por parte dos movimentos de base católicos, inspirados pela Teologia da Libertação.

No final da década de 1980 e durante os anos de 1990, houve um relativo declínio das manifestações na rua, que davam grande visibilidade aos movimentos populares nos centros urbanos. Na verdade, as causas da desmobilização popular são inúmeras. O que é indubitável é que os movimentos sociais brasileiros das décadas de 1970 e 1980 contribuíram, via pressões e demandas sistemáticas, para a conquista de diversos direitos sociais, que passaram a ser inscritos como leis na Constituição Federal de 1988. A partir dos anos de 1990, surgiram outros modos mais institucionalizados de organização popular, como o Fórum Nacional de Luta pela Moradia e pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc.

Esses fóruns instauraram a prática de encontros nacionais em grande escala, gerando diagnósticos macroestruturais acerca dos problemas socioeconômicos, bem como definindo metas estratégicas para os solucionar. De acordo com Gohn (2011), tais práticas emergiram especialmente impulsionadas por políticas de Estado, como o orçamento participativo, a política de renda mínima, o Bolsa-Escola etc., que buscavam trazer os cidadãos para a gestão dos negócios públicos. Outro fato marcante dos anos de 1990 foi a criação da Central dos Movimentos Populares (CMP), estimulando a articulação e a colaboração entre diversas modalidades de movimentos sociais.

O movimento Ética na Política também teve grande importância histórica nessa época, contribuindo para a deposição, por meio de um processo democrático – o *impeachment* – do então presidente da República, eleito em 1989. Naquele

contexto, favoreceu também o ressurgimento de manifestações estudantis com novos perfis de atuação, os famosos “caras-pintadas”. À medida que políticas neoliberais se fortaleciam, outros movimentos surgiam, como os contra as reformas estatais, a Ação da Cidadania Contra a Fome, os movimentos de desempregados, as ações de pensionistas e aposentados etc. Num contexto de adensamento da economia informal, a exemplo do setor de transportes urbanos, surgiram os transportes alternativos, os “perueiros”, e, no setor de transporte de cargas, houve um incremento do número de caminhoneiros nas estradas.

Segundo Gohn (2011), esses grupos atuavam mais como coletivos de pressão do que propriamente como movimentos sociais organizados. Grupos de mulheres também se organizaram em torno da atuação política, criando redes de conscientização de seus direitos e contra as várias formas de discriminação de gênero. Movimentos homossexuais diversos também ganharam impulso nas ruas, dando origem àquela que, hoje, é a maior parada gay do mundo, localizada na cidade de São Paulo. O mesmo se passou com o movimento negro, que deixou de ser predominantemente voltado para questões culturais e folclóricas para se tornar majoritariamente ligado à construção e à afirmação da identidade e da luta política pela inclusão e contra a discriminação – cotidiana ou estrutural.

Jovens igualmente produziram importantes movimentos sociais e culturais nesse contexto, principalmente no campo da música e das artes em geral, enfocando temáticas de protestos. Por exemplo, o movimento *hip-hop* e os



grafiteiros fazem questão de se distinguir dos pichadores, os quais também podem ser vistos como um movimento social urbano, mas ligados a práticas ilícitas. Gohn (2011) ainda destaca outros três movimentos sociais significativos da década de 1990: os indígenas; os funcionários públicos, mormente das áreas da saúde e da educação; e os ecologistas.

Os movimentos indígenas – no plural, em razão da diversidade de etnias – tiveram dois focos de ação centrais: a demarcação de suas terras e a demanda por uma educação peculiar, mas que, ao mesmo tempo, contemplasse os conhecimentos mais gerais da cultura ocidental. A última demanda originou a atual educação indígena, presente em diversas universidades públicas, como é o caso da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os funcionários públicos, por sua vez, organizaram-se em sindicatos e associações de classe contra as reformas governamentais, que tiravam seus direitos sociais e trabalhistas e reduziam o poder de compra dos salários em nome da necessidade de ajustes fiscais.

Os ecologistas se proliferaram especialmente após a conferência conhecida como Eco-92, que foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, originando inúmeras ONGs, bastante diversas das que existiam na década de 1980, claramente surgidas no seio de movimentos populares e camponeses. A partir dos anos de 1990, essas ONGs se ligaram às classes médias urbanas. Entre algumas de suas consequências institucionais mais pertinentes, destaca-se o fortalecimento do Partido Verde (PV). Gohn (2011) ressalta que, para definir a relação entre educação e movimentos sociais no Brasil contemporâneo,

é necessário esboçar um panorama referencial mais amplo, que diga respeito à conjuntura dos campos sociopolítico e econômico, nos quais tais movimentos têm lugar.

Alguns fatores centrais desse contexto seriam: o surgimento de novas identidades grupais, originando novos repertórios de lutas; de múltiplos movimentos pluri e multiclassistas, que ultrapassam fronteiras nacionais, tornando-se transnacionais; aqueles com demandas antigas, como pela terra para produzir subsistência (MST) ou para viver formas culturais típicas (indígenas); os comunitários de base, debilitados pelos novos modos de fazer política, principalmente pelas novas estratégias governamentais; de novos movimentos comunitários, alguns recriando modelos tradicionais de relações, outros ordenados de cima para baixo, a partir de projetos e programas sociais implementados por políticas sociais; de políticas neoliberais, que desmantelaram antigos movimentos e favoreceram as articulações de novos atores organizados em ONGs e associações do terceiro setor; e de reformas neoliberais, que transferiram as tensões sociais para o plano cotidiano, tirando-as do campo político macroestrutural, reduzindo as oportunidades no mundo do trabalho formal e fazendo surgir modalidades precárias de emprego.

Além disso, o Estado promoveu reformas e descentralizou operações de atendimento no setor social, institucionalizando modos de atendimento às demandas: de um lado, verifica-se que tal fato foi uma vitória, pois demandas antigas foram reconhecidas como direitos, inscrevendo-as definitivamente na gestão pública; por outro, a maneira como vêm sendo implementadas as novas políticas, alicerçadas

no pragmatismo tecnocrático, resultam em projetos sociais de caráter fiscalizador ou então clientelista, na prática, não sendo controladas pela população.

Gohn (2011) descreve ainda um painel dos movimentos sociais no novo milênio ao redor de eixos temáticos básicos. Observa-se que tal classificação é arbitrária para fins de exposição, visto que a maior parte dos coletivos pode entrar em mais de uma categoria:

- a. Movimentos sociais sobre a questão urbana, por condições de habitabilidade e pela inclusão social de moradores de rua;
- b. Movimentos pela moradia, os quais participaram ativamente no processo de construção do Estatuto da Cidade e do Movimento dos Sem Teto – ocupantes de edifícios abandonados e os que não têm casa, em geral;
- c. Ações de grupos de classe média contra a violência urbana e em prol da paz (local e mundial), como pela descriminalização da maconha etc.;
- d. Movimentos pela recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (parques, praças), por serviços coletivos que, nos últimos tempos, foram sucateados pelas políticas neoliberais etc.;
- e. Movimentos em defesa do patrimônio cultural material (artístico e arquitetônico), bem como contra a

- gentrificação dos bairros e das áreas centrais e contra a especulação imobiliária;
- f. Mobilizações populares em torno de mecanismos estruturais de participação dos cidadãos na gestão político-administrativa das cidades;
  - g. Conselhos gestores e orçamento participativo;
  - h. Conselhos da condição feminina, populações negras, quilombolas, LGBTQIA+ etc.;
  - i. Movimentos em prol da saúde pública, a favor do sistema de saúde público (SUS), em defesa dos portadores de necessidades especiais, de doenças específicas e/ou raras etc.;
  - j. Movimentos por demandas na área de direitos humanos e civis, por melhores condições carcerárias, em defesa de presos políticos, anistia, refugiados, apátridas, idosos e contra a pedofilia;
  - k. Movimentos pela preservação de culturas locais tradicionais e de grupos étnicos ameaçados, incluindo os quilombolas e os indígenas;
  - l. Mobilizações contra o desemprego e políticas econômicas neoliberais, e a favor dos direitos trabalhistas, como o Fórum Social Mundial etc.;

- m. Movimentos estudantis em geral, secundaristas, universitários, do Diretório Central dos Estudantes (DCEs) e da UNE;
- n. Movimentos originados por questões religiosas: evangélicos, muçulmanos (também entrariam como refugiados), israelitas, Teologia da Libertação, comunidades católicas de base;
- o. Movimentos dos Sem Terra (MST), sobretudo nas áreas rurais, mas também seus arranjos nos contextos urbanos, além de movimentos de pequenos agricultores de subsistência, quebradeiras de coco do litoral, boias-frias, de produtos orgânicos etc.;
- p. Movimento de cooperativas de produção popular, de material reciclável, produção doméstica e alternativa de alimentos, uma miríade de empreendimentos heterogêneos que possuem em comum a busca e/ou a defesa de estratégias de sobrevivência econômica e de geração de renda. Geralmente, são organizados por ONGs que se assentam na economia popular solidária autogestionada. Tais iniciativas “[...] têm matrizes humanistas, propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética, a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista” (GOHN, 2011, p. 346);
- q. Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, que atuam contra hidrelétricas, mineradoras, extrativismo vegetal, caça, pesca etc.;
- r. Movimentos sociais do setor midiático e das comunicações.

No que concerne especificamente aos movimentos pela educação, esses têm caráter histórico, processual e, portanto, acontecem fora e dentro das escolas em vários espaços institucionais (GOHN, 2011). A questão dos direitos é fulcral para compreender o enlace entre movimentos e educação, uma vez que dá universalidade aos temas sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas relativas à educação, fornecendo-lhes viés emancipatório, especialmente em contextos neoliberais, que desestruturam, mutilam e massificam as culturas locais e nacionais.

A ótica dos direitos conforma uma agenda coletiva voltada não para a compaixão e a caridade, mas para políticas emancipatórias e a cidadania. Sem a perspectiva da universalidade dos direitos, facilmente as pesquisas e, sobretudo, as ações, caem em políticas fragmentárias, simples justificativas para políticas promotoras de modernizações conservadoras e, conseqüentemente, reformistas. Lançando um olhar sobre as relações entre educação e movimentos sociais no contexto brasileiro, são encontrados muitos coletivos nesse sentido ainda na segunda metade do século XX, a exemplo das Ligas Camponesas da década de 1960 e o uso do método Paulo Freire de alfabetização, além da visceral relação entre a educação superior e as mobilizações juvenis, que tiveram início na Europa e nos Estados Unidos em maio de 1968.

Gohn (2011) aponta que, no que se refere à educação não escolar na década de 1970, essa relação foi bastante próxima nas Comunidades de Base da Igreja Católica (CEBs), que, naquele período, também buscaram instrumentalizar politicamente seus integrantes, munindo-os de uma visão crítica

sobre a realidade. Cabe ressaltar que, em razão do regime político em vigor, professores não podiam participar de sindicatos, mas atuavam em movimentos de resistência em associações de classe.

No caso da universidade, essas associações foram o grande palco de discussões e de resistência à opressão, e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), as associações de jornalistas, as cúrias metropolitanas, entre outras, acolheram as demandas por liberdade e participação e atuaram diretamente em protestos contra o regime ditatorial em vigência. Na década de 1980, a imbricação entre os movimentos sociais e a educação se aprofundou por intermédio de ações voltadas para a área da educação popular; para lutas, como as Diretas Já, para a elaboração de propostas constituintes e para a própria Constituição Federal de 1988. Uma nova cultura política surgiu, de modo que conselhos e delegacias da mulher, temáticas étnico-raciais e ambientais, entre outras, passaram a integrar o cotidiano na transição do regime militar para o sistema democrático.

Na década de 1990, por sua vez, o ambiente político mudou radicalmente. A derrocada do regime militar e a ascensão da oposição a postos no sistema oficial de poder transformaram a composição política do Brasil. Novos agentes emergiram, como ONGs e outras entidades do terceiro setor. Alguns movimentos sociais se enfraqueceram, e as políticas neoliberais adquiriram fôlego. Além disso, os sindicatos se desmobilizaram e a educação escolar ganhou uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse

contexto, várias propostas de ações foram meramente integradoras da coesão social, ou seja, não buscaram uma real transformação socioeconômica do país.

Em vista disso, Gohn (2012) lista os principais núcleos de demandas envolvendo a educação formal nas últimas décadas:

- a. Lutas por acesso à educação formal, demandando vagas em distintos níveis de ensino. Nos últimos anos, por exemplo, sobressaíram-se as lutas dos setores populares por acesso ao ensino universitário. O Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) surgiram para responder a esses pleitos;
- b. Demanda por vagas nas escolas de educação infantil, área ainda muito deficitária. A obrigatoriedade de oferta de vagas para essa faixa etária não foi contemplada pela Constituição de 1988 nem pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996;
- c. Aumento de vagas nas escolas de ensino básico, um setor ainda deficitário, apesar de algumas reformas educacionais terem racionalizado a oferta de vagas. Um exemplo é o remanejamento de alunos conforme o endereço;
- d. Escola pública de qualidade. Os diversos rankings escolares deixam claro que tal demanda pela universalização de uma educação básica de qualidade é uma urgência real. O que acontece na realidade é que, para muitos



gestores públicos, a educação significa simplesmente formação de mão de obra para ser alocada nos empregos existentes, geralmente mal remunerados e precários. Ou seja, ela se reduz ao adestramento de pessoas para o desempenho de funções. Ainda se está distante de um cenário no qual a educação é vista como uma formação integral, incluindo o pensamento crítico, a capacidade de decodificar o mundo, a reflexão de forma autônoma e a indignação com as iniquidades;

- e. Gestão democrática das escolas, temática incluída na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. As reformas e os planos neoliberais da última década também reforçam a gestão como um dos pilares a serem trabalhados a partir de projetos com metas claras;
- f. Controle dos preços abusivos das mensalidades nas escolas privadas e confessionais, o que inclui também o ensino universitário particular;
- g. Políticas públicas que enfatizem a educação, com base orçamentária adequada. Tais movimentos denunciam que a educação é priorizada somente nos discursos, mas, nas práticas concretas dos planejamentos, é preterida. Entre esses movimentos, estão o Fórum Nacional de Luta Pela Escola Pública e o Movimento Compromisso Todos Pela Educação, além dos sindicatos de professores;
- h. Efetivação de experiências escolares alternativas. Nas últimas décadas, vêm crescendo análises que sustentam que os problemas da educação formal não se restringem

à busca por soluções convencionais dentro das instituições de ensino. Assim, arranjos entre a educação formal e a não formal vêm sendo propostos. Um exemplo são os Centros Unificados de Educação (CEUs), da rede pública de ensino da cidade de São Paulo;

- i. Luta docente e de outras categorias profissionais da educação por melhores condições de trabalho e salariais. Esse item também diz respeito à luta por definição de planos de carreira e por qualificação do professorado. O aspecto negativo aqui, para Gohn (2012), é a permanência do forte viés corporativista nos grupos que encabeçam esse movimento;
- j. Lutas contra o abuso e o *bullying* – seja psíquico ou sexual –, e as inúmeras discriminações no contexto escolar;
- k. Ensino técnico, um dos setores mais deficitários do Brasil. Faltam escolas e uma redefinição dos objetivos dessa modalidade. Além disso, historicamente, a própria identidade desse nível de ensino não é clara, já que, em um país com tradição cartorial e burocrática, não se constituiu um projeto definitivo sobre o caráter profissional dos formados pelo ensino técnico;
- l. Jornadas mais concretas nos programas voltados para o combate do analfabetismo;
- m. Educação de Jovens e Adultos (EJA), como o Movimento Nacional do EJA e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). O Encontro Nacional de Educação de

Jovens e Adultos (Eneja) é uma ocasião institucionalizada para o debate e o questionamento da atual situação desse tipo de educação formal, assim como para a proposição de mudanças. É uma categoria fortemente estimulada por políticas públicas, em parceria com as comunidades e assessorada por ONGs;

n. Projetos pedagógicos que respeitem as culturas locais, construindo eixos identitários que singularizem as escolas, tendo em vista os valores culturais e as características sociopolíticas locais, como a educação quilombola e a educação indígena;

o. Modificações nas relações entre a escola e suas comunidades.

Na visão tradicional, esse último eixo entende a comunidade como reduzida à participação das mães e dos pais dos alunos com objetivo único: auxílio para que a escola supere deficiências e carências do discente, problemas esses geralmente de caráter econômico ou psicológico/cognitivo. Já a nova concepção de relações entre comunidade e escola expande a atuação dos sujeitos envolvidos. Esse trabalho conjunto, então, pressupõe alguns elementos importantes: deve ser integrador, partindo dos problemas escolares sem negligenciar os obstáculos da comunidade local, na qual a instituição de ensino está inserida; e deve se centrar num modelo escolar chamado por Touraine (2002, apud GOHN, 2011) de “Escola do Sujeito”, em que se reconhece a liberdade e a criatividade, assim como as necessidades coletivas e individuais dos sujeitos.

Tal modelo de escolarização é orientado para a comunicação intercultural e para a gestão democrática da sociedade, objetivando a formação cidadã. Pressupõe também a transmissão competente de saberes básicos, não apenas o “treinamento” para o domínio de habilidades, como anseiam os projetos neoliberais. Em suma, entre os avanços decorrentes das ações e pressões desses movimentos, Gohn (2011, p. 351) frisa que,

[...] nos últimos anos, os já citados programas PROUNI e o REUNI, do governo federal, são responsáveis pela expansão do ensino superior e inclusão de estudantes de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social. Eles respondem às demandas feitas há décadas por grupos e setores populares organizados, constituindo-se hoje em espaço de articulação de várias demandas e lutas institucionalizadas.

No campo da educação não formal é que se localizam a maioria das ações educacionais dos movimentos sociais, do associativismo, das práticas civis e das ONGs. Então, podem ser englobadas aqui como práticas educativas não intencionais o trabalho nos sindicatos; as atividades com movimentos sociais, principalmente os populares; e o trabalho na área da ação social comunitária, junto às ONGs, associações, grêmios etc.

Em outros espaços, por sua vez, é essencial a atuação de educadores em comunidades pobres e/ou grupos vulneráveis (crianças, mulheres, idosos, pobres), pessoas vulneráveis socioeconomicamente, travestis e transexuais, gays, indígenas e negros – estes últimos, embora não sejam minorias

numéricas, são excluídos economicamente e discriminados culturalmente; em mobilizações de recursos comunitários, para combater as situações de exclusão via implantação de projetos e programas sociais; em movimentos culturais da juventude, sobretudo na área da aprendizagem artística e cultural de formas de expressão, como o *rap*, a capoeira e o *hip-hop*; de solidariedade e de suporte a programas com meninas e meninos de rua, adolescentes usuários de drogas, portadores de necessidades especiais e problemas psíquicos; em prol da infância em geral; a favor da preservação ou da criação de condições para o meio ambiente regional, nacional e global; e em movimentos ecológicos diversos que defendem a preservação do ecossistema, posicionando-se contra rodeios, testes laboratoriais com animais etc.

De fato, em decorrência dessas inserções na aprendizagem informal e de educadores nos movimentos sociais, a aprendizagem antes, durante ou depois de algum pleito é enorme, tanto para os grupos que os compõem quanto para os sujeitos isoladamente (GOHN, 2012). Alguns tipos mais comuns de aprendizagens informais são indicados pela pesquisadora, que salienta que a maior parte delas está associada entre si, sendo separadas na exposição apenas para efeitos didáticos:

- a. Aprendizagem prática: participar, organizar e como se unir;
- b. Aprendizagem teórica: quais conceitos elementares mobilizam as forças sociais nos confrontos – solidariedade, empoderamento, autoestima, cidadania, protagonismo,

engajamento e como empregá-los estrategicamente nas práticas concretas;

- c. Aprendizagem instrumental: como operam os órgãos do governo, as instituições e a burocracia;
- d. Aprendizagem política: quais são os seus direitos e os direitos de sua categoria, quem ocupa determinadas posições na hierarquia de poder estatal, quem cria obstáculos ou usurpa de seus direitos ou quem favorece suas ações etc.;
- e. Aprendizagem cultural: quais fatores constroem a identidade grupal e suas diversidades, as divergências internas, as adversidades culturais enfrentadas no meio externo e qual é a cultura política grupal;
- f. Aprendizagem linguística: construção de uma linguagem comum que permite ler o mundo, decodificando problemas e temas pertinentes. Com tal linguagem, é criada uma gramática própria, com símbolos e códigos que os identificam;
- g. Aprendizagem simbólica: relacionada à anterior, refere-se às representações sobre eles mesmos, “demandatários” e sobre o que demandam, que representações são ressignificadas e quais novas representações são criadas;
- h. Aprendizagem social: como falar em público, como ouvir em contextos de debate, hábitos e comportamentos

individuais e coletivos, como se portar frente ao outro em diferentes espaços etc.;

- i. Aprendizagem cognitiva: como aprender conteúdos ou solucionar problemas, observar, captar e processar informações obtidas nos contextos externo e interno ao grupo;
- j. Aprendizagem ética: a partir da vivência e da observação do outro (indivíduo ou grupo), há o desenvolvimento de valores morais, como o bem comum, a solidariedade, o compartilhamento, a sociabilidade etc.

Atualmente, vive-se um novo momento do percurso do associativismo latino-americano, especialmente no Brasil. O espraiamento desse cenário associativo vai além da sociedade civil, penetrando em instâncias públicas, como as conferências nacionais e os conselhos, o que mostra que o associativismo trabalha cada vez mais em rede (GOHN, 2011). A procura pela institucionalização de práticas até então isoladas se tornou uma constante, e o espectro de entidades e associações agindo na esfera educacional, principalmente na educação não formal, cresceu enormemente.

Disso resulta um contexto contraditório, no qual convivem entidades que buscam apenas a integração dos excluídos ao sistema produtivo, via participação comunitária em políticas sociais meramente compensatórias, ao lado de redes, entidades e fóruns sociais que realmente almejam a transformação social via mudanças do modelo neoliberal

de desenvolvimento que vigora no país, enfocando ética, cidadania, igualdade e justiça social.

Portanto, como meta geral, faz-se necessário modificar a cultura política da sociedade brasileira, até então marcada pelo fisiologismo,<sup>3</sup> por variadas formas de corrupção, pela burocracia, pelo corporativismo, pelo patrimonialismo e pelo clientelismo. Logo, para o surgimento de um espaço público distinto do modelo atual neoliberal e do capitalismo periférico – injusto e excludente –, é necessário que os direitos de cidadania sejam respeitados e que cresçam os índices de participação democrática da sociedade civil.

---

3 Prática política direcionada para o interesse e o benefício personalizado do praticante e que fica à mercê de ações de prevaricação, oportunismo, corrupção e similares (TADEU, 2012).